

DA BNCC AO DOC: A NOVA RECONFIGURAÇÃO CURRICULAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

Beatriz Fagundes Bica ¹
Elisiane Machado Lunardi ²

RESUMO

O presente recorte de pesquisa advém do estudo realizado no decorrer do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). A investigação está vinculada ao projeto Guarda Chuva - Pesquisa implicada e aplicada em Políticas Públicas e Gestão Educacional, buscando, através desta, compreender como as escolas municipais de Santa Maria/RS se organizaram para atender a nova reconfiguração curricular, implementada a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe uma transformação significativa no ensino básico brasileiro, visando garantir uma formação mais equitativa e de qualidade para todos os estudantes. A nova reorganização do currículo no município estabeleceu o Documento Orientador Curricular de Santa Maria (DOC/RS), que, fundamentado pela BNCC, institui um currículo mais flexível, orientando que as escolas adaptem os conteúdos e as práticas pedagógicas ao contexto local, sem perder de vista os princípios de universalidade e igualdade de oportunidades. O estudo está fundamentado numa pesquisa-ação de abordagem qualitativa, que se utiliza da análise de leis, documentos e publicações relacionadas às reformas curriculares, tendo como base teórica os conceitos de Tripp (2005), Minayo (2010) e Thiollent (2011). O referencial teórico está organizado com base em autores renomados na área do currículo, como Arroyo (2011), Goodson (1998) e Silva (2005). Os resultados apontados pela investigação evidenciam os desafios da implementação curricular, como a formação dos professores e a resistência a mudanças, apontando a necessidade de um acompanhamento contínuo e de políticas públicas eficazes para garantir o sucesso da reconfiguração curricular.

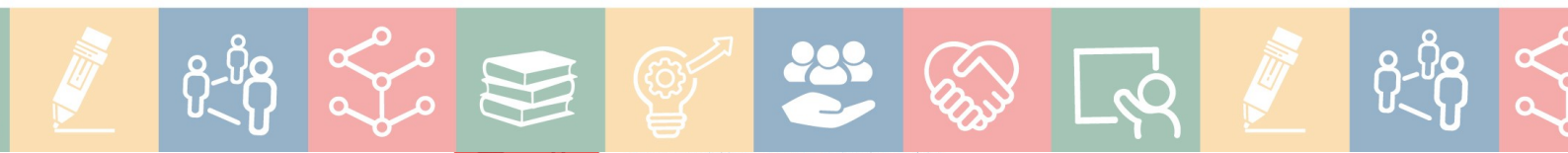
Palavras-chave: BNCC, DOC, Reconfiguração Curricular.

INTRODUÇÃO

A reconfiguração curricular promovida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu desdobramento no município de Santa Maria/RS, através do Documento Orientador Curricular (DOC), reflete uma tentativa de aproximar as políticas educacionais do

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora na rede municipal de ensino de Santa Maria/RS. beatrizbica.28@gmail.com;

² Doutora em Educação - (PUCRS); Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar (ADE), do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), elisianelunardi@gmail.com



contexto local, respeitando as especificidades regionais e municipais, mas mantendo o compromisso com os princípios universais da educação.

A elaboração do DOC, estabelecida pela Resolução CMESM nº 39, de 5 de dezembro de 2019, foi uma resposta da rede municipal de ensino às diretrizes da BNCC e ao Referencial Curricular Gaúcho (RCG), propondo uma organização curricular que privilegia tanto a flexibilidade quanto a universalidade. Este documento, obrigatório em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, configura-se como um marco normativo para a implementação da educação em Santa Maria, orientando desde o planejamento pedagógico até as práticas cotidianas nas escolas.

A BNCC, enquanto documento normativo nacional define um conjunto de aprendizagens essenciais para o desenvolvimento dos estudantes, ao passo que o DOC busca contextualizar essas diretrizes à realidade local, incorporando as especificidades do município. No entanto o processo de implementação desse novo modelo curricular, revela uma série de desafios, que envolvem desde questões estruturais, como a adequação das infraestruturas escolares e a disponibilidade de recursos, até aspectos relacionados à formação contínua e à capacitação dos professores para adaptar as práticas pedagógicas e implementar efetivamente as mudanças propostas.

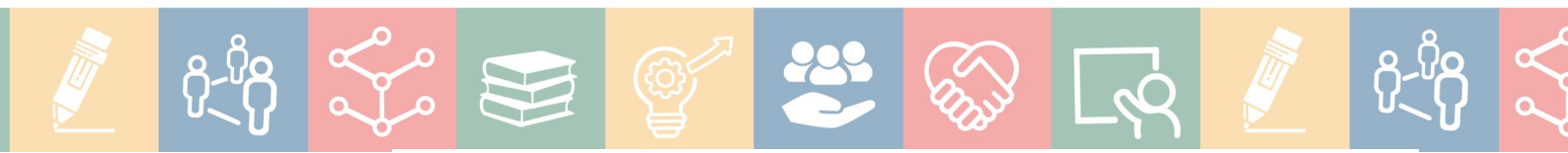
Neste artigo, sintetizamos a pesquisa realizada com gestores educacionais³ e escolares⁴ dos estabelecimentos municipais de ensino de Santa Maria/RS, que contribuíram com o estudo realizado no decorrer do mestrado profissional em políticas públicas e gestão educacional, que se dispôs a investigar como essas instituições se organizaram para atender a nova reconfiguração curricular implementada a partir da BNCC.

METODOLOGIA

O enquadramento teórico-metodológico está alicerçado na pesquisa-ação, conforme Tripp (2005), que sugere o método como um processo dinâmico, em que as práticas e teorias se intercalam, permitindo uma constante retroalimentação entre ação e reflexão. Além disso, fundamenta-se na análise de leis, documentos e publicações que tratam das reformas

³ Entende-se por gestores educacionais os sujeitos que assumem a responsabilidade pela organização do sistema pedagógico em sua totalidade, estabelecendo políticas que orientam a tomada de decisão, bem como, leis e regulamentos que orientam o trabalho das escolas em todos os níveis.

⁴ Por gestores escolares entende-se os sujeitos envolvidos com a organização da escola, buscando articular ações pedagógicas, administrativas, financeiras e de recursos humanos que promovam condições efetivas para garantir o avanço do processo de ensino-aprendizagem.



curriculares, como estratégia de investigação, interpretação, participação e transformação da realidade no âmbito da abordagem qualitativa.

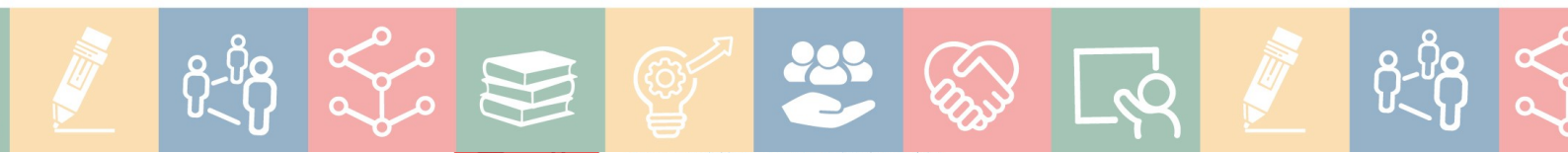
A definição por esta interpelação se deu pela possibilidade de estudar o fenómeno em seu ambiente natural, considerando a multiplicidade de componentes presentes que interagem e que se influenciam mutuamente. Além disso, por permitir ao pesquisador uma forma mais ampla de trabalhar com os sujeitos da pesquisa, uma vez que “[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas” (Minayo, 2010, p. 22).

Nessa perspectiva, a abordagem da investigação em questão vai ao encontro dos objetivos almejados - em especial, àqueles que dizem à reflexão e à imersão dos sujeitos no objeto de estudo, que compreende a educação como um fenómeno social que se desdobra a partir das relações sociais. Esse tipo de pesquisa social com base empírica é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de problemas coletivos, bem como de aprendizagem dos atores e pesquisadores envolvidos (Thiollent, 2011).

Nesse sentido, a pesquisa buscou não só compreender como as escolas se organizaram frente à reforma curricular, mas também contribuir para a transformação da realidade educacional, permitindo que os participantes, nominados neste estudo como Gestor, seguido de um número conforme ordem de entrevista, se tornassem agentes ativos na solução dos problemas identificados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está fundamentado em autores renomados na área do currículo e da educação, como Arroyo (2011), Goodson (1998) e Silva (2005), cujas obras oferecem uma compreensão abrangente das questões relacionadas às dinâmicas curriculares e suas implicações na prática educativa. Arroyo (2011) destaca a importância de uma educação que leve em consideração a diversidade e a inclusão, enfatizando a necessidade de uma abordagem pedagógica que valorize o contexto local e as necessidades específicas de cada comunidade. Goodson (1998), por sua vez, analisa as transformações curriculares como um fenómeno social e político, sugerindo que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos, mas uma prática moldada por contextos históricos e culturais. Silva (2005) contribui com uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e o papel do currículo na construção de uma educação que seja capaz de responder às demandas sociais e ao desenvolvimento integral dos alunos.



Com base nas ideias desses autores, o estudo analisou as implicações da reconfiguração curricular, refletindo sobre as transformações necessárias para a implementação efetiva do Documento Orientador Curricular na prática pedagógica das instituições municipais de ensino de Santa Maria/RS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que a implementação de diretrizes curriculares para a educação básica foi fundamental para a elaboração do Documento Orientador Curricular da rede de ensino de Santa Maria/RS, instituído pela Resolução CMESM nº 39, de 05 de dezembro de 2019, com o objetivo de normatizar os currículos escolares e servir como referência obrigatória para a Educação Básica no município.

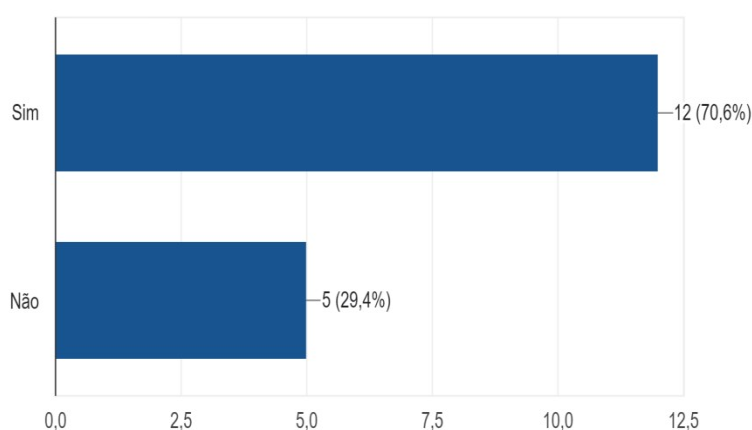
O documento está estruturado em seis cadernos, um destinado às diretrizes curriculares da Educação Infantil, os demais, às diretrizes curriculares do Ensino Fundamental, divididos em: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso, Linguagens e Matemática. A apresentação e a introdução se repetem igualmente em todos os cadernos, assim como o capítulo que aborda as concepções de educação, aprendizagem, escola e sujeito em construção, currículo, competências, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização. Este capítulo também inclui a educação integral, ciência e tecnologia aplicadas à educação do século XXI, além da avaliação. Da mesma forma, se repete em todos os cadernos o capítulo que apresenta as modalidades de ensino no município: educação especial, educação de jovens e adultos, educação escolar indígena, educação do campo, educação das relações étnico raciais e quilombola. A partir destes dados comuns, o documento traz o componente curricular da disciplina, por anos escolares, organizado por unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades da BNCC, habilidades do Referencial Curricular Gaúcho⁵ e habilidades específicas do município de Santa Maria/RS.

Nesse sentido, a proposta curricular municipal abarca os conteúdos essenciais previstos pela BNCC, incluindo a parte diversificada do currículo, que se refere às especificidades do município e estado no qual está inserido. Nesse ponto, a preocupação

⁵ Referencial Curricular Gaúcho (RCG) Homologado em 12 de dezembro de 2018 pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), foi elaborado em regime de colaboração entre a Secretaria Estadual da Educação (SEDUC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e o Sindicato do Ensino Privado no Rio Grande do Sul (SINEPE/RS), como documento norteador dos currículos das escolas gaúchas, desde 2019, seguindo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

expressa por meio deste estudo, refere-se a extensa parte de conteúdos básicos, que pode exigir “aligeiramento” no desenvolvimento das propostas curriculares, de modo que nem todos os estudantes consigam acompanhar o processo de ensino, prevalecendo a quantidade em detrimento da qualidade. Outra preocupação se refere ao entendimento dos gestores quanto à concepção de currículo e a aplicabilidade do Documento Orientador Curricular, apesar da determinação de readequação dos currículos escolares previsto pela legislação. Conforme nos aponta o gráfico abaixo, 70,6% das escolas, campo de investigação desta pesquisa, afirmam colocar em prática o documento, mas 29,4% ainda não se adequaram a proposta curricular.

Gráfico 1 - Reestruturação Curricular - DOC/SM



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

De acordo com a fala dos entrevistados durante o estudo, a implementação do Documento Orientador Curricular vem sendo realizada a partir de reuniões pedagógicas que fomentam discussões acerca do trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições escolares. O Gestor 15 é um dos profissionais que atua em escola que já implementou o currículo em sua proposta de trabalho, em um breve relato compartilha como vem sendo realizada esta readequação:

“Processo colaborativo e reflexivo com o grupo de professores, no qual busca-se promover contínua avaliação e reestruturação do currículo com base no DOC, considerando a realidade do contexto escolar e as condições de ensino e de aprendizagem atuais”. (Gestor 15)

Ao contrário deste, o Gestor 9 diz-nos que a escola em que desenvolve suas funções ainda não reestruturou o currículo escolar. Sua fala demonstra, ainda, um equívoco frente às orientações adotadas durante o período de pandemia da covid-19⁶, quando a partir da Resolução CMESM nº 40 de 22 de junho de 2020 as escolas foram instruídas a seguir, momentaneamente, um currículo emergencial, elaborado a partir da seleção dos conteúdos julgados mais importantes pelos profissionais que atuam na rede.

“O DOC foi implementado durante a Pandemia, agora, apenas como orientação, mas seguimos a BNCC”. (Gestor 9).

Compreendemos que, neste último caso, é necessária uma maior reflexão a respeito da parte diversificada do currículo, as especificidades do estado, presentes no RCG, e as especificidades do município, presentes no DOC, tendo em vista que a BNCC aponta apenas a base comum, em todo território nacional.

Longe de estarmos projetando uma discussão sobre teorias, concepções e dimensões curriculares, o que nos propomos é refletir e ressignificar as experiências práticas que efetivam o currículo, para que possamos adequá-lo corretamente. Compreender o quê, porquê, como e para quem ensinamos, visto que “[...] a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade.” (GOODSON, 1998, p.10).

Além disso, perceber como os alunos aprendem no dia a dia, a forma com que assimilam os componentes curriculares, quais são os interesses e necessidades da comunidade escolar, as diversidades presentes no contexto da instituição, as diferenças sociais e, ainda, a história cultural e pedagógica de nossas escolas é essencial para que possamos construir um currículo contextualizado com a realidade, necessidades e interesses de todos os envolvidos.

Em vista disto, podemos concluir que os resultados da pesquisa apontam que a implementação do Documento Orientador Curricular – DOC/SM gerou um impacto significativo na rede de ensino municipal, mas também evidenciou desafios que precisam ser abordados para garantir sua efetividade. A pesquisa constatou que, embora a maioria das escolas tenha iniciado a adequação do currículo às novas diretrizes, um expressivo percentual das instituições ainda não implementou completamente o novo documento, o que pode comprometer a homogeneidade do processo educativo no município. A resistência parcial observada nas escolas não é um fenômeno isolado e reflete uma realidade comum a muitos

⁶ Segundo o ministério da saúde, a covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

processos de mudança curricular em diversos contextos, especialmente considerando os desafios impostos pela pandemia e pela adaptação a um novo formato de ensino.

O depoimento do Gestor 9 destaca um ponto crucial da discussão: a transição entre o currículo emergencial adotado durante a pandemia e à implementação do DOC. A percepção de que o currículo da BNCC é uma prioridade, em detrimento das especificidades locais previstas pelo DOC, revela uma resistência à plena adoção do currículo contextualizado que leva em conta as realidades do estado e do município. Esse fenômeno indica que ainda existe um entendimento limitado sobre a importância de adaptar o currículo não apenas à base comum nacional, mas também às peculiaridades regionais e locais, que devem ser refletidas no ensino de forma mais aprofundada.

A fala do Gestor 15, por outro lado, ilustra um exemplo positivo de como a implementação do DOC pode ser conduzida de forma colaborativa e reflexiva, com a participação ativa dos professores no processo de reestruturação curricular. Essa abordagem, que visa a contínua avaliação e readequação do currículo, é fundamental para que as escolas possam se adaptar às necessidades do seu contexto e melhorar a qualidade do ensino, promovendo uma educação mais inclusiva e significativa para os alunos. A prática colaborativa descrita por esse gestor reflete a importância da construção coletiva do currículo, como um instrumento dinâmico e flexível, que deve ser constantemente reavaliado em função das mudanças no contexto escolar e nas necessidades dos alunos.

No entanto, apesar dos avanços relatados, a preocupação com a quantidade excessiva de conteúdos prevista no currículo básico ainda persiste. Esse excesso pode resultar em uma carga excessiva para os estudantes, dificultando o processo de aprendizagem e comprometendo a qualidade do ensino. A necessidade de um equilíbrio entre a quantidade e a qualidade dos conteúdos abordados, além da adaptação das propostas curriculares às realidades locais, se torna um ponto central para os gestores e educadores na reestruturação curricular.

A discussão também aponta para a importância de repensar a prática pedagógica à luz da diversidade presente nas escolas, como as especificidades culturais, sociais e pedagógicas de cada comunidade escolar. Compreender as realidades dos alunos, suas necessidades e interesses, e os desafios do contexto escolar são essenciais para a criação de um currículo contextualizado, que seja relevante e inclusivo. A reflexão crítica sobre o que, por que, como e para quem se ensina é crucial para garantir que a educação não seja uma mera transmissão de conteúdos, mas um processo de construção de conhecimento que leve em consideração as singularidades de cada aluno e da comunidade.

Portanto, a implementação do Documento Orientador Curricular em Santa Maria/RS apresenta avanços importantes, mas também desafios significativos. Para que o currículo seja verdadeiramente efetivo, é necessário um esforço contínuo de reflexão e adaptação por parte dos gestores e educadores, garantindo que o currículo não seja apenas um conjunto de normas a ser seguido, mas um instrumento de transformação e inclusão social, alinhado às realidades locais e às necessidades dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a implementação da nova reconfiguração curricular em Santa Maria/RS, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Orientador Curricular (DOC), evidenciou que, embora tenha havido avanços significativos, ainda existem desafios substanciais a serem enfrentados. A maioria das escolas municipais já iniciou o processo de adequação ao novo currículo, mas uma parcela significativa delas ainda não conseguiu implementar plenamente as mudanças, o que gera uma heterogeneidade no processo educativo do município. A resistência observada em algumas instituições, associada à transição entre o currículo emergencial que atendeu o período de pandemia e o novo modelo curricular, indica um entendimento limitado sobre a necessidade de integrar as especificidades locais ao currículo, além das diretrizes gerais da BNCC.

Os relatos dos gestores educacionais mostraram que, quando a implementação do DOC é conduzida de forma colaborativa e reflexiva, com a participação ativa dos professores, é possível promover uma reestruturação mais eficaz e ajustada às necessidades do contexto escolar. A prática colaborativa emerge como um ponto positivo, contribuindo para uma adaptação mais adequada do currículo às realidades locais e promovendo uma educação de qualidade, mais inclusiva e significativa para os alunos.

No entanto, um dos maiores desafios identificados foi o excesso de conteúdos no currículo, que pode sobrecarregar os estudantes e prejudicar a qualidade do ensino. A busca por um equilíbrio entre a quantidade e a qualidade dos conteúdos, sem perder de vista as especificidades culturais, sociais e pedagógicas de cada comunidade escolar, se torna essencial para a criação de um currículo que seja relevante e eficaz.

Portanto, a adaptação curricular no município de Santa Maria/RS, embora ainda em processo, representa um avanço importante na busca por uma educação mais equitativa e adaptada às necessidades locais. Para que o currículo seja verdadeiramente transformador, é



fundamental que gestores e educadores continuem a refletir, ajustar e adaptar suas práticas pedagógicas, assegurando que o currículo não se restrinja a um simples conjunto de conteúdos, mas se torne um instrumento de inclusão e transformação social, alinhado com as realidades e as necessidades dos estudantes e das comunidades escolares.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **O currículo como prática social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOODSON, I. **O currículo e a formação do professor**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Niterói, RJ. Vozes, 2010.
- SANTA MARIA, Secretaria Municipal de Educação. **Documento Orientador Curricular**. Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/smed/1084+-documento-orientador-curricular>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- SANTA MARIA, Secretaria Municipal de Educação. Resolução CMESM nº 39 de 05 de dezembro de 2019. Disponível em: RESOLUÇÃO Nº47 – Educação Infantil.docx (santamaria.rs.gov.br). Acesso em: 09 nov. 2023.
- SILVA, T. M. **A construção do currículo e a formação do professor**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TRIPP, D. **Pesquisa - ação: uma introdução metodológica**. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443 - 466, set./dez. 2005.